

Ponte Sobre o Vácuo *As. Const*

JORNAL DO BRASIL

A função de ponte, por "alguns meses", foi atribuída pelo Presidente da República à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais: a Nova República previa a responsabilidade de estabelecer uma relação constituinte entre os brasileiros em geral e os seus representantes a serem eleitos a 15 de novembro de 86.

A comissão era parte da engenharia do Presidente Tancredo Neves, a mesma do Ministério e das concepções econômicas e políticas relacionadas pela prioridade do combate à inflação. Nenhuma das grandes definições do Presidente morto foi mantida pelo sucessor: a inflação cedeu prioridade ao desenvolvimento e o Ministério foi desviado para servir a um objetivo rebaixado de prioridade. Não seria diferente com o anteprojeto de uma nova Constituição preparada a pedido do Executivo: a surda batalha nos bastidores mudou tudo.

Acusada de elitista, a comissão não chegou à desfiguração de ser uma assembléia de minorias múltiplas, para dar a ilusão de **democracia direta**, mas acabou sendo uma assembléia excessivamente numerosa para a elaboração da proposta constitucional do Executivo. Os próprios membros da comissão não resistiram à idéia fácil de se entregarem à intermediação: na primeira reunião depois de empossados, decidiram abrir-se a sugestões e propostas da sociedade. Ora, para isto não era preciso demorar tanto. O Presidente Tancredo Neves tinha prometido nomear seus integrantes logo depois de empossar-se.

"Ouvir a Nação e discutir com o povo as suas aspirações" — como definiu o Presidente Sarney — é função que assenta melhor aos candidatos apresentados pelos partidos políticos. E com uma legitimidade que os membros da comissão não têm, porque não foram eleitos e sim designados para preparar a proposta da Constituição que exprima a visão do Executivo. O estímulo à consciência constituinte do eleitor deverá vir da própria campanha dos candidatos. A eles, sim, é que caberá esclarecer a sociedade sobre a responsabilidade do voto que elegerá os futuros constituintes. Ou será que a comissão vai fazer a campanha, enquanto os candidatos ficam desobrigados de se definirem politicamente?

Os brasileiros estão mais conscientes do que não querem, ou seja, tudo de que se valeu o

autoritarismo. Não sabem com clarividência é o que lhes falta para terem uma democracia que não se resume em pedir-lhes o voto periodicamente. A sociedade precisará saber o que pensam e se propõem a fazer os futuros constituintes, para que a democracia seja entre nós uma prática permanente, e não episódica. Em matéria de tributos, o Estado vai continuar com a liberdade de meter a mão no bolso do contribuinte quando bem entender? Poderá emitir papel-moeda ou lançar títulos ao consumo sem prestar contas ao Congresso? As empresas públicas continuarão dispensadas de controle por parte da sociedade?

As indagações são inúmeras, porque a sociedade não existe para o Estado. O cidadão é, para o Governo, um condenado a pagar sem o menor direito a receber explicações. A comissão deveria construir — isto sim — a ponte entre a sociedade e o Estado, de acordo com o projeto da engenharia democrática que pretendia erguer uma nova República. Nem o presidente da comissão, nem o Presidente da República, no entanto, estão claramente de acordo quanto à razão de ser do órgão empossado.

O cidadão ainda menos: se não alcança o significado de uma Constituinte, como poderá captar o sentido da comissão? Os brasileiros preferiam eleger deputados a cada dois anos, como fazem as nações com regimes realmente democráticos. A comissão terá a coragem de propor a renovação parlamentar a cada dois anos? E a futura Constituinte aceitará? Nessa hora alega-se o alto custo da eleição como motivo para baixar a rotação representativa e impedir a aceleração democrática. A eleição distrital nem merece a consideração do debate público. Os interesses adquiridos e cultivados em escala de oligarquia vetam o exame objetivo da questão. Até o regime parlamentar em breve desaparecerá das considerações teóricas, porque a ambição presidencialista predomina na alma dos políticos. Presidencialismo há muito é fonte de crises políticas e institucionais.

A comissão, para fugir à marca do **elitismo**, vai fazer o jogo do democratismo que ameaça de perto a possibilidade democrática brasileira: democratismo, como se sabe, é o aviltamento da democracia mediante concessões às aparências e restrições à substância. Mas o jogo está apenas começando a ser feito.